

Economia Brasil

# Cenário não é propício para novos investimentos

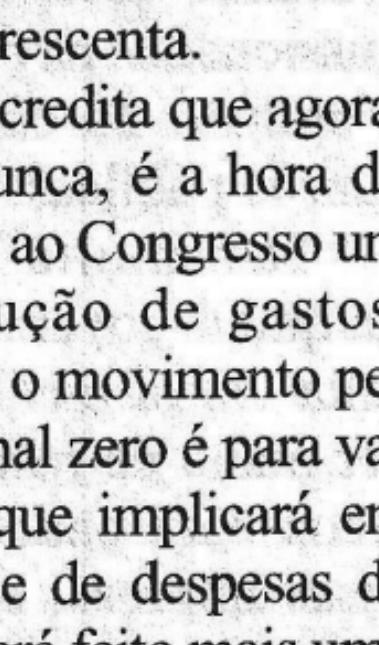
\*  
JUL 2005

GAZETTA MERCANTIL

A crise política e o calendário eleitoral não vão ajudar a economia daqui para frente, especialmente os investimentos, na avaliação do diretor-executivo do Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Cesar Gomes de Almeida.

“Na melhor das hipóteses, antes de setembro a crise política não será superada, depois já entraremos na sucessão presidencial, aí espera-se pelo menos o primeiro ano do governo que assumirá em janeiro de 2007 para saber qual a orientação de política econômica”, prevê.

Embora as turbulências provocadas pelas denúncias de corrupção até agora tenham apenas provocado “um pouco de medo” na atividade econômica interna e um “frio na espinha” dos investidores externos, no segundo semestre os efeitos negativos da crise nos



J. C. G. Almeida

investimentos estrangeiros diretos deverão começar a aparecer, segundo Júlio Cesar.

O economista lembra que as empresas instaladas no Brasil ainda temem uma contaminação do resto do governo pelas denúncias de corrupção. “Muitas empresas estavam com novos investimentos na agulha, que foram tirados da linha de frente. Embora isso

não signifique abandono desses projetos, mas no mínimo serão adiados para depois das eleições”, enfatiza o diretor do Iedi.

Por isso, se não causou grandes prejuízos ao setor produtivo até agora, a crise política também não ajudou. Na opinião de Júlio Cesar, o empacamento da reforma tributária foi a consequência mais negativa para as empresas. O projeto de emenda constitucional não foi votada em decorrência do marasmo que tomou conta do Congresso neste ano. “É certo que a reforma tributária para valer foi esquecida, mas neste contexto de crise política é que nem mesmo um remendo sai”, acrescenta.

Julio Cesar acredita que agora, mais do que nunca, é a hora do governo propor ao Congresso um plano de redução de gastos. “Resta saber se o movimento pelo déficit nominal zero é para valer mesmo, o que implicará em corte de juros e de despesas de custeio, ou se será feito mais uma vez às custas do aumento da carga tributária”, questiona o diretor do Iedi. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encarregou os ministros da Fazenda e do Planejamento, Antônio Palocci e Paulo Bernardo, de articular junto ao empresariado apoio à proposta do deputado e ex-ministro Antônio Delfim Netto (PP-SP) para zerar, no prazo de seis anos, o déficit nominal das contas públicas — receitas menos despesas, inclusive a conta de juros da dívida da União, estados e municípios.

Neste ano, o setor público deverá ter um déficit nominal de cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Embora o setor público esteja gerando superávit primário acima da meta de 4,25% do PIB, esse esforço de

contenção de gastos (exceto os financeiros) cobre apenas cerca da metade da conta de juros da dívida pública, neste ano ao redor de R\$ 180 bilhões.

“Para não ser mais uma tentativa inocua, é preciso haver corte de juros e dos gastos de custeio, o que implica em mudanças na política de juros altos do Banco Central”, sublinha Ju-